

ARROCHO

Planejamento detalha quanto cada ministério e órgão federal terão de poupar para as contas fecharem. Cidades é o mais atingido e nem mesmo o Novo PAC foi preservado

Só MEC e BC ficam fora dos cortes do governo

» RAPHAEL PATI

Pouco mais de uma semana depois de divulgar o congelamento de R\$ 31,3 bilhões na execução orçamentária deste ano, o governo federal detalhou quanto cada ministério e órgão federal terá de cortar este ano. A lista abrange quase todas as pastas do Executivo, exceto o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Central (BC). Os dados foram divulgados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

O valor tinha sido detalhado no último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP). Antes, a contenção de R\$ 31,3 bilhões era composta de um bloqueio de R\$ 10,6 bilhões e por um contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões. De acordo com a regra fiscal aprovada em 2023, o governo federal diferenciação contingenciamento (uma contenção feita para alcançar a meta fiscal) de bloqueio (que é utilizado para garantir o cumprimento de gastos).

No decreto publicado na sexta-feira, o governo detalha os valores que serão contingenciados e bloqueados do orçamento. Do total, pouco mais de R\$ 24,1 bilhões referem-se a despesas discricionárias (não obrigatórias) que seriam direcionadas para os ministérios e órgãos do Executivo. O restante, que corresponde a cerca de R\$ 7,13 bilhões, seria destinado a emendas parlamentares. Dentro das despesas discricionárias, em torno de R\$ 7,64 bilhões serão congelados do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A pasta mais atingida é o Ministério das Cidades, com um congelamento em torno de R\$ 4,28 bilhões. Entre as que foram mais impactadas pelo decreto estão Defesa (R\$ 2,59 bilhões), Saúde (R\$ 2,36 bilhões) e Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 2,12 bilhões). O Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad, é o sexto mais atingido, e terá R\$ 1,4 bilhão em recursos congelados, ficando atrás do Ministério dos Transportes, com R\$ 1,4 bilhão suprimidos.

Para César Berço, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), a principal novidade do novo congelamento é a transferência de responsabilidades para os ministérios, que têm até 6 de junho para detalhar quais serão os programas que sofrerão contingenciamento ou bloqueio. “Desta vez, o Ministério da Fazenda não foi cirúrgico”, observa.

De acordo com o último relatório bimestral do Ministério do Planejamento e Orçamento, as despesas que mais cresceram, para além do que era planejado pelo governo federal na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram as relativas à previdência, que tiveram um avanço de 15,6%. Outros itens que também influenciaram o bloqueio foram os subsídios; as subvenções ao Proagro, no âmbito do Plano Safra (4,5%); e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC, 2,8%).

O professor de Economia da UnB ressalta que os gastos previdenciários já somam mais de R\$ 1 trilhão por ano — ou cerca de 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Na avaliação do acadêmico, a equipe econômica precisa se debruçar em mudanças estruturais, como a reforma administrativa e a do Imposto de Renda (IR), que vem sendo negociada pelo governo Lula no Congresso. Apesar disso, ele enxerga a decisão do Poder Executivo de congelar parte do orçamento como um passo importante, ainda que seja insuficiente para fechar as contas públicas.

“A iniciativa do governo de fazer o bloqueio foi positiva, mas o volume talvez pudesse ser maior. Em termos de bloqueio, R\$ 31 bilhões é um valor significativo. Mostra, sim, a boa intenção da equipe econômica em cumprir a

Tesourada forte

Governo detalha valores contingenciados e bloqueados que somam R\$ 31,3 bilhões. Valor foi divulgado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do segundo bimestre.

Em R\$ milhões

Distribuição	Contenção total	Contingenciamento	Bloqueio
Poder Executivo	31.332,0	20.692,1	10.639,9
I. Discricionárias	24.196,5	15.979,7	8.216,7
I.I. RP 3 - Novo PAC	7.649,2	5.039,6	2.609,7
I.II. RP 2 - Demais	16.547,2	10.940,2	5.607,1
II. Emendas	7.135,5	4.712,4	2.423,1

Órgãos	Congelamento	Contingenciamento	Bloqueio
TOTAL	24.196,5	15.979,7	8.216,7
Cidades	4.288	1.927,9	2.360,2
Defesa	2.593,4	1.919,9	673,5
Saúde	2.366,6	1.813,7	552,8
Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	2.123,2	1.694,5	428,6
Transportes	1.487	1.367	120,1
Fazenda	1.414	1.124	290
Integração e Desenvolvimento Regional	1.302,7	148,4	1.154,4
Portos e Aeroportos	780,8	518,2	262,6
Justiça e Segurança Pública	748,6	595	153,5
Presidência da República	681,6	493	188,6
Ciência, Tecnologia e Inovação	679,9	540,5	139,4
Agricultura e Pecuária	622,8	124,7	498
Previdência Social	586,4	466,1	120,3
Relações Exteriores	581,8	462,5	119,3
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	502,2	399,2	103
Turismo	489,3	0	489,3
Esporte	333,7	302,2	31,5
Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	325	258,4	66,7
Planejamento e Orçamento	301,7	239,8	61,9
Cultura	254,8	208	46,8
Trabalho e Emprego	225,8	179,5	46,3
Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	171,9	136,6	35,2
Comunicações	168,8	137,4	31,5
Minas e Energia	152,2	116,9	35,3
Advocacia-Geral da União	140,2	111,4	28,8
Direitos Humanos e da Cidadania	87,4	69,5	17,9
Agência Nacional de Transportes Terrestres	74,1	58,9	15,2
Agência Nacional de Telecomunicações	73,3	58,2	15
Mulheres	63,4	50,4	13
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	59,2	47,1	12,2
Pesca e Aquicultura	53,7	42,7	11
Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	53,6	42,6	11
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	48,4	38,4	9,9
Igualdade Racial	45,4	36,1	9,3
Povos Indígenas	41,6	33	8,5
Agência Nacional de Energia Elétrica	38,6	30,7	7,9
Controladoria-Geral da União	36,6	29,1	7,5
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	34,9	27,7	7,2
Meio Ambiente e Mudança do Clima	34,6	27,5	7,1
Agência Nacional de Saúde Suplementar	30,7	24,4	6,3
Agência Nacional de Aviação Civil	30	23,8	6,1
Agência Nacional de Mineração	28,7	22,8	5,9
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	15,2	2,1	3,1
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	12,5	10	2,6
Agência Nacional do Cinema	11,2	8,9	2,3
Gabinete da Vice-Presidência da República	1,3	1	0,3
Educação	0	0	0
Banco Central	0	0	0

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Bruno Spada/Agência Câmara



Motta: suspensão do decreto para não afetar operações de risco sacado

meta fiscal. O mercado recebeu bem a notícia”, avalia.

Suspensão do decreto

O governo, porém, ainda tem o nó do Imposto Sobre Operações Financeiras para desatar. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), solicitou à equipe

econômica a suspensão imediata da incidência do IOF sobre as operações de risco sacado — uma modalidade de crédito em que as instituições financeiras antecipam valores para que os empresários as devolvam a prazo. Isso porque o decreto do governo federal, que passa a valer hoje, determina que o imposto passe a incidir sobre a antecipação, o que pode

impactar, principalmente, as pequenas empresas que necessitam dos valores recebidos antes para terem capital de giro.

Nos últimos dias, senadores e deputados vêm se articulando no Congresso para tentar barrar o Decreto 12.467, que estabelece as novas alíquotas de IOF. Foram apresentadas, pelo menos, 20 propostas de decreto legislativo somente sobre esse tema, nas duas casas. Na quinta-feira, Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), reuniram-se com Haddad, que recebeu um ultimato para, em 10 dias, apresentar alternativas ao aumento do imposto. O ministro ainda tentou fazer ver aos dois que a manutenção do decreto serve, sobretudo, para manter a máquina pública funcionando. Mas não os convenceu.

O decreto presidencial pretende arrecadar R\$ 20,5 bilhões a mais neste ano, e R\$ 41 bilhões, em 2026. Porém, vários atores do setor produtivo deixaram claro que não aceitam aumento de imposto. Uma nota assinada por diversas entidades, de vários setores da economia, criticou a majoração do IOF e destacou que a medida apresentada pela equipe econômica atrapalha o fluxo e a entrada de investimentos no país. Mais: pressionaram os parlamentares por uma resposta ao decreto na forma de derrubada ou de formulação de uma alternativa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



João Campos é uma promessa de renovação da esquerda

Prefeito do Recife, João Campos é novo presidente nacional do PSB. Aos 31 anos, reeleito com 78% dos votos no ano passado, numa ampla coalizão, ocupa um cargo que já foi de seu bisavô, Miguel Arraes (1916-2005), e de seu pai, Eduardo Campos (1965-2014). Formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Pernambuco, foi deputado federal de 2019 a 2020, quando concorreu e venceu a disputa pela Prefeitura.

Sua ascensão representa uma tentativa de renovação geracional na política brasileira, se comparada aos demais partidos de esquerda, mesmo considerando que o comando do PSB, até então a cargo de Carlos Siqueira, é compartilhado com políticos mais experientes: o vice-presidente Geraldo Alckmin; os governadores Carlos Brandão Junior (Maranhão), João Azevedo Filho (Paraíba) e Renato Casagrande (Espírito Santo); e os ex-governadores Paulo Câmara (Pernambuco), Márcio França (São Paulo) e Rodrigo Rollemberg (Distrito Federal).

O fato de ser o herdeiro mais carismático de um clã político de esquerda, a família Arraes, não seria suficiente para justificar a antecipação de sua escolha para o comando do PSB, ainda tão jovem, se não houvesse de parte desses dirigentes a avaliação de que o país vive um interregno de lideranças políticas renovadoras e que a legenda precisa repensar o seu papel na política brasileira e ultrapassar a polarização Lula x Bolsonaro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tem 62 anos; a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman (PT), 59; a primeira-dama Janja da Silva (PT), 58; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, 57. O mais novo desse time de esquerda é Guilherme Boulos (PSol-SP), com 42 anos. No campo do centro e da centro-direita, os governadores Eduardo Leite (PSD-RS) e Romeu Zema (Novo-MG) tem 40 e 60 anos, respectivamente; a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS), 55. À direita, o governador Tarcísio de Freitas (PSD-SP) tem 49 anos; e a ex-primeira-dama Michele Bolsonaro (PL), 43.

João Campos é de uma geração de políticos na faixa dos 30 anos, de diversas tendências, representada na Câmara por Camila Jara (PT-MS), 32 anos; Erika Hilton (PSol-SP), 32; Tábata Amaral (PSB-SP), 31; Pedro Campos (PSB-PE), 30; Nikolas Ferreira (PL-MG), 26; Pedro Rouseff (PT-MG), 24; André Fernandes (PL-CE), 24 anos; e Amom Mandel (Cidadania-AM), 24.

Passado e presente

O PSB foi constituído originalmente por João Mangabeira, Hermes Lima, Antônio Cândido, Bruno de Mendonça Lima, Paulo Emílio Sales Gomes, Sérgio Buarque de Holanda e José da Costa Pimenta, em 6 de agosto de 1947, por integrantes do movimento Esquerda Democrática, que defendia a garantia das liberdades civis e política durante o Estado Novo. Tentavam se diferenciar tanto do PCB quanto da UDN (União Democrática Nacional).

Extinto pelo regime militar, o PSB foi reorganizado após a anistia de 1979, com o mesmo perfil: um partido de intelectuais progressistas. Entre os seus signatários, estavam os juristas Evandro Lins e Silva, Evaristo de Moraes Filho e o escritor Rubem Braga. O linguista Antônio Houaiss foi seu primeiro presidente, sendo sucedido pelo senador Jamil Haddad (RJ). O PSB só ganhou projeção política e eleitoral após a filiação de Miguel Arraes, em 1990.

Líder carismático do Nordeste brasileiro, Arraes emergiu na política como prefeito do Recife, eleito em 1959, e depois como governador de Pernambuco, eleito em 1962, com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD). Derrotou João Cleofas (UDN), representante das oligarquias canavieiras de Pernambuco.

A chamada Frente do Recife foi uma novidade na política de alianças da esquerda brasileira, que viria a se reproduzir na política de frente democrática que se formou em torno do MDB durante o regime militar. Tanto que, ao voltar do exílio, após a reforma partidária do presidente João Figueiredo, de 1979, Arraes permaneceu no PMDB.

O pai de João Campos, Eduardo Henrique Accioly Campos (Recife, 1965-Santos, 2014), neto de Arraes, governou Pernambuco por dois mandatos, foi ministro da Ciência e Tecnologia e presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Candidato à Presidência nas eleições de 2014, no dia 13 de agosto morreu num trágico acidente de avião no litoral paulista, em plena campanha eleitoral. Tinha reais possibilidades de derrotar a ex-presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, a possibilidade de renovação da política brasileira foi bloqueada pela polarização ideológica — a fila dos presidencialistas foi empurrada para trás. Há um interregno na formação da nossa elite política, cujos quadros são envelhecidos ou ainda estão em formação.

João Campos é uma aposta do PSB de ultrapassagem da polarização, mas não tem idade para ser candidato a presidente da República. Não sabe ainda se permanecerá no cargo de prefeito, disputará uma cadeira do Senado ou o governo de Pernambuco, nas próximas eleições. Sobre 2026, o novo presidente do PSB fala com o DNA do bisavô na Frente do Recife: “Eu acho que o mundo ideal é que você tenha a maior frente possível na eleição de 2026 e que a esquerda tenha a capacidade de puxar o centro para o perto e não jogar o centro para a direita. É preciso alargar mais. Fazer uma frente realmente ampla em 2026.”